

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA- GOIÁS/BRASIL: UM CAMINHO NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE ESTADO

Maria Emilia de Castro RODRIGUES I

me.castrorodrigues@gmail.com

FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG

Cláudia Borges COSTA I cbc2111@gmail.com

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA; FACULDADE DE
EDUCAÇÃO/UNB

Maribel SCHVEEIDT I belzinhas.2010@gmail.com

FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFG

RESUMO

A comunicação evidencia ações destinadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME) - Goiás/Brasil, nos últimos 20 anos, pela análise das pesquisas desenvolvidas a partir da década de 1990. Elas demonstram a ruptura com programas aligeirados, a construção de políticas públicas de estado que consideram a realidade e as demandas da EJA, a qualidade do ensino, o princípio da educação popular e o direito à educação. Em 1992 criou-se o Projeto Alfabetização e Cidadania pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), que contou com a parceria da SME na EJA e expandiu os princípios, em 1993, pela SME originando o Projeto AJA. Com assessoria da FE/UFG, de 1998 a 2001, foram realizadas plenárias, cujos resultados apontaram para unificação da EJA, de 1ª à 8ª série, e a adoção dos princípios do Projeto AJA, flexibilidade de frequência, matrícula e avanço a qualquer momento do ano letivo, planejamento e formação continuada em horário de trabalho, avaliação processual, currículo com base paritária (todas as disciplinas com a mesma carga horária), de 5ª a 8ª. Com a pesquisa *A construção de uma proposta democrático-popular de educação para adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Educação de Goiânia*, alguns dos resultados apontaram para a implantação do Projeto Estudar sem Fome; e currículo a partir da realidade do educando. Outras nove pesquisas – uma pluri-institucional em âmbito nacional e estudos de caso de oito dissertações –, apontaram para o atendimento da especificidade da modalidade, construindo alternativas.

PALAVRAS-CHAVE: implementação de políticas públicas, educação de jovens e adultos trabalhadores, direito à educação.



INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar o percurso histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME de Goiânia) - Goiás/Brasil, nos últimos 20 anos, com vistas a compreender se configuram ou não políticas públicas de estado ou apenas políticas de governo. Para a escrita deste artigo utilizamo-nos da pesquisa documental, com a análise das pesquisas de mestrado (Machado, 1997; Rodrigues, 2000; Calixto, 2004; Silva, 2004; Gomes, 2006; Santos, 2007; Costa, 2008; Porfírio, 2009), desenvolvidas a partir da década de 1990, as quais retomam a trajetória da modalidade, trazendo desde a implantação da Equipe de Ensino Noturnoⁱ; a criação, organização, princípios e trabalho pedagógico do Projeto AJA (Experiência Pedagógica de 1ª a 4ª Séries do Ensino Fundamental para Adolescentes, Jovens e Adultos); a experiência da base paritária na escola na construção e a materialização da Proposta Político-Pedagógica da Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA) no segundo segmento da EJA; os desafios do trabalho docente; o significado da escola na formação omnilateral dos trabalhadores-alunos e sua relação com o mundo do trabalho; permanência e não permanência dos alunos.

Também trouxemos as contribuições de duas pesquisas participantes produzidas em parceria entre a Universidade Federal e a SME de Goiânia (Machado, 2001); e *A construção de uma proposta democrático-popular de educação para EJA*, uma pesquisa pluri-institucionalⁱⁱ longitudinal em âmbito nacional, intitulada *Pesquisa Juventude, Escolarização e Poder Local*, e ainda analisamos dados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento, *Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia: história e memória*, vinculada ao *Centro Memória Viva (CMV): Documentação e Referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais do Centro-Oeste*, a qual se desdobra em 3 eixos, o que trabalha com a organização, sistematização e registro do acervo da EJA da SME de Goiânia, para disponibilização *online* da documentação; o eixo referente à formação continuada dos profissionais (na parceria FE/UFG, via Grupo de Estudos de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos - GEAJA, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG), sistematização e acompanhamento da experiência de EJA e Educação Profissional na perspectiva da integração; e o eixo da pesquisa do Observatório da Educação, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Analisamos as pesquisas que falam da organização do atendimento à modalidade buscando apreender as políticas educacionais empreendidas na SME de Goiânia. Políticas públicas compreendidas como atividades ou conjunto de ações, programas/projetos imputados ao Estado ou que dele emanam. Segundo Shiroma et. al (2004) o Estado expressa as forças contraditórias das relações de produção das classes sociais numa sociedade capitalista que se instalam na sociedade civil e delas é parte integrante, nelas se prendem e são elas que, historicamente, vêm constituindo, delimitando e determinando suas ações.

Estado que segue na coordenação das contradições, geradas por ele e pela própria sociedade. Dessa forma, mantém o controle como se estivesse acima das referidas contradições, por meio das reivindicações e pressões dos movimentos sociais as políticas públicas tornam-se reais e marcam a correlação de forças que compõe essa sociedade.



E nesse seio as políticas públicas de caráter social – saúde, educação, cultura, previdência, seguridade, habitação, informação – advindas do Estado são essenciais, e deveriam partir das demandas da sociedade, serem contínuas, articuladas entre si, indo além de políticas de governo. Nas políticas educacionais emanadas do Estado, este vem historicamente expressando as contradições da sociedade capitalista, definindo o papel de reprodução/inação da sociabilidade humana, vinculada ao trabalho e à vida.

Temos observado que o contexto educacional brasileiro, na correlação de forças, os direitos à EJA, pós 1985, têm se alargado, mas, enquanto políticas públicas estes têm sido incluídos precária e marginalmente pelo Estado e organizações sociais, de forma vulnerável, nas fronteiras entre a responsabilidade pública e privada, entre as políticas sociais compensatórias e a filantropia (Martins, 1997), ainda que a inserção da EJA como modalidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/1996 e nos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – o menor valor aluno percentual (0,8) – tenha sido uma conquista das mobilizações da sociedade civil.

Porém o acesso dos alunos e a progressiva incorporação de segmentos populares na escola pública não assegura que este público atendido, permaneça e conclua com êxito a aprendizagem. Também a cultura da repetência e do fracasso escolar aponta para um quadro de defasagem idade/série que tem levado um grande grupo de jovens marcados por experiências escolares descontínuas e negativas, ou que avançaram sem a respectiva aprendizagem, que soma-se aos jovens e adultos que não tiveram acesso à escolarização, na faixa etária dos 7 aos 14 anos, compondo o quadro de analfabetismo ou analfabetismo funcional, que demanda oportunidades educacionais com qualidade social, coerentes com este público, tomando os currículos e metodologias interdisciplinares integradoras na organização e vivência de uma práxis pedagógica com compromisso ético-político-social com os educandos-trabalhadores.

Desenvolver políticas públicas de Estado para a EJA perpassa implementar ações que realmente se configurem em coordenação de esforços intersetoriais, que reiteram ou impõem rupturas com padrões tradicionais da cultura política administrativa de fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, ações a partir da oferta e não apenas da demanda e a existência de uma vontade política na formulação/decisão e implantação de projetos/programas e/ou ações (Rua, 1998).

Com este olhar passamos ao que nos apresentaram as dissertações e demais pesquisas realizadas e em desenvolvimento as quais demonstram que se trata de um atendimento que perpassa várias formas de organização, em vários espaços e horários para que o público da EJA possa ter acesso à educação, um direito de todo cidadão.



1. PESQUISAS DO PRIMEIRO SEGMENTO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NA MODALIDADE DESDE A CRIAÇÃO DA EQUIPE DE ENSINO NOTURNO À IMPLANTAÇÃO DA BASE CURRICULAR PARITÁRIA NA EAJA

De acordo com Clímaco (1991), desde a criação da SME de Goiânia, em 1961, havia o atendimento à EJA em duas escolas no noturno e em 1965, eram seis escolas. Apesar dos jovens e adultos serem atendidos nesse turno, não existia uma proposta específica para este público, e nem um sistema de ensino próprio da Secretaria, sendo que esta seguia as orientações da Rede Estadual de Ensino. Somente em 1992, foi constituída a primeira equipe específica para o Ensino Noturno, sendo que desde a década de 1980 e início dos anos 1990 a SME buscou criar uma forma de organização própria, distanciando-se das orientações em âmbito estadual, é o que demonstram os estudos de caso que retomam o histórico da EJA.

Segundo Machado (1997) e Rodrigues (2000), em 1992 criou-se o Projeto Alfabetização e Cidadania pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE/UFG), que contou com a parceria da SME para oferecer educação aos adolescentes, jovens e adultos, em especial adolescentes em situação de risco, e desenvolveu pesquisa e estudos sobre os processos de aprendizagem e relações intergeracionais, apontando para a necessidade de composição de turmas com adolescentes, jovens e adultos, para que os primeiros pudessem ter uma referência na constituição de sua identidade.

Este Projeto, em 1993, expandiu-se pela SME com recursos do Tesouro Municipal, originando o Projeto AJA, uma Experiência Pedagógica de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental para Adolescentes, Jovens e Adultos: organizado em seis módulos; com flexibilidade no período de matrícula; avanço a qualquer momento do ano, e avaliação trimestral daqueles com condições de avançar nos módulos; com 180 dias letivos, e três horas diárias de aulas; atividade cultural semanal; reuniões semanais de estudo e planejamento dos professores; reuniões trimestrais de avaliação do projeto como um todo.

Em decorrência da adequação ao perfil e à realidade dos educandos, a forma de avaliação desenvolvida desde então é a processual, contínua e descritiva, na qual a escuta é fundante e para conhecê-los o diagnóstico da realidade, o conhecimento de suas histórias de vida – onde trabalham, qual o lugar de origem, o porquê do retorno as aulas, quais as condições financeiras, como vivem, o que esperam do curso – é essencial, para a composição do currículo, e nele a eleição dos conteúdos e metodologias a serem desenvolvidas, a partir do que sabem, necessitam e almejam os educandos, articulando aos saberes técnico-científicos, conforme observa Rodrigues:

[...] os professores que estão no Projeto desde seu início, 1993, tiveram um processo de formação continuada a partir da opção pela sua inserção no Projeto AJA: contaram com um curso introdutório de duas semanas intensivas, perfazendo 80 horas, no qual discutiram os princípios norteadores do projeto, a metodologia de trabalho, quem é a clientela do AJA cujos interesses são muitas vezes diversos e até contraditórios; e têm participado do encontro semanal para planejamento, estudo, análises e discussões coletivas (Rodrigues, 2000: 76).



O Projeto AJA pautou-se nos princípios da Educação Popular dos anos 60, com o olhar para uma educação voltada à realidade e especificidades da EAJA, na qual uma considerável parte constitui-se de trabalhadores, chefes de família, jovens que iniciam cedo no mundo do trabalho, mediante as imposições econômicas; mulheres que acumulam a responsabilidade tripla com a jornada de trabalho, com os afazeres da casa e com o cuidado dos filhos.

Diante desta realidade os professores foram orientados na formação continuada a desenvolverem um trabalho diferenciado, com vistas à garantia de um direito social a ser resgatado, buscando a permanência dos alunos no ambiente escolar, com um currículo organizado considerando os interesses e necessidades dos educandos, conteúdos problematizadores que possibilitassem uma maior autonomia e consciência crítica de sua realidade. Formação realizada semanalmente com aporte nos escritos de Freire (1976, 1982, 1987, 1989, 1992, 1996), Vygotsky (1987, 1998), Vygotsky et. al (1988), Gramsci (1989, 1991), entre outros, com vistas a possibilitar a realização de um trabalho embasado nos preceitos filosóficos e políticos de uma educação crítica e libertadora. Os professores que ministram as aulas na EAJA são licenciados em nível superior, embora nem todos tivessem uma formação específica na modalidade EJA, a formação continuada pautou-se em aportes teórico-metodológicos que forneceram subsídios para que efetuassem um trabalho dialógico entre educadores e educandos.

Em 1994 iniciou-se um processo de reflexão sobre a organização da EJA, na SME de Goiânia, que contava com duas formas de organização no primeiro segmento – a seriada e a modular do Projeto AJA – e o segundo segmento do ensino fundamental, cujos alunos encontravam muitas dificuldades para continuarem na 5ª série e completar os estudos, havendo muitas desistências/evasão. Essas discussões foram intensas de 1994 a 1996, mas com a nova administração ainda que as plenárias apontassem para a organização com a base curricular paritária e a extensão dos princípios do Projeto AJA para todo o ensino fundamental, podendo os alunos se matricular e avançar a qualquer época do ano, atendendo àqueles que necessitassem de mais tempo para sua formação, a falta de recursos e de pessoal na Equipe, a desativação do SEAJA, não propiciou sua efetivação. Além disso, a equipe responsável pelo Projeto AJA foi distribuída por setores internos da SME – Departamento de Ensino e Centro de Estudo, Formação e Pesquisa em Educação (CEFPE) – reduzindo significativamente o número de pessoas para atenderem ao Projeto, que passou a contar com apenas duas coordenadoras, responsáveis pela formação continuada dos professores do Projeto e dos demais professores do ensino noturno e, ainda, pelo acompanhamento do trabalho - administrativo e pedagógico - nas escolas (Rodrigues, 2000).

Por outro lado, em 1998, visando unificar a organização do primeiro segmento, realizaram-se plenárias e discussões com os educadores do Projeto AJA e das turmas seriadas, e em 1999 implantou-se uma proposta de organização alternativa, de ensino fundamental de 1ª a 4ª séries com 600h presenciais e 200h com atividades complementares, garantindo-se os princípios do Projeto AJA. As discussões sobre a Base Curricular Paritária de 5ª a 8ª séries foram retomadas em 1999, sendo a mesma implantada em 2000 e regulamentada, por meio da Resolução 24, de 11/12/2000, do Conselho Municipal de Educação (CME), com a carga horária de 700 (setecentas) horas presenciais e 100 (cem) horas complementares, perfazendo três horas e meia de aula/dia. Com esta organização formaram-se os coletivos de professores



por escolas (a cada 4 turmas, 9 professores, incluindo o de educação física e o coordenador pedagógico), o que possibilitaria a formação continuada em serviço (com horário de estudo e planejamento no horário do trabalho), o trabalho coletivo e interdisciplinar, pois todas as áreas do conhecimento passaram a ter a mesma quantidade de horas-aula, sem privilégio ou hierarquia entre os componentes curriculares.

Nas escolas com número de alunos insuficiente para compor 4 turmas no primeiro ou no segundo segmento, houve uma organização alternativa, com turmas multisseriadas de 1ª e 2ª séries juntas, e 3ª e 4ª séries; ou em casos extremos de 1ª a 4ª séries, em uma única classe. No segundo segmento 5ª e 6ª ou 7ª e 8ª séries. Este atendimento alternativo pode ocorrer escolas, locais de trabalho ou espaços comunitários, assumido pelo professor da rede municipal com três horas diárias de aula, como extensão de uma escola da Rede Municipal de Educação. O horário de funcionamento das turmas também é flexível, podendo ser organizadas turmas pela manhã, tarde e noite, conforme o interesse e necessidades dos alunos.

O Projeto AJA, uma forma de atendimento alternativa de escolarização de jovens e adultos, tem uma avaliação positiva nestes 20 anos, tendo sido analisado por três dissertações de mestrado, defendidas na FE/UFG: uma que discutiu sobre a criação do projeto e seu desenvolvimento no período de 1993-1996 (Machado, 1997); outra que analisou a prática pedagógica do professor do projeto (Rodrigues, 2000); e a terceira cujo título “‘Ou trabalha e come, ou fica com fome e estuda’: o trabalho e a não-permanência de adolescentes, jovens e adultos na escola em Goiânia” (Silva, 2004), que analisou os educandos do projeto que evadiram ou dele foram excluídos (por reprovações, não atendimento das necessidades, etc.), buscando compreender o que leva o aluno da EJA, no Projeto AJA, a permanecer e a concluir com êxito ou a sair do Projeto, e expressa no título advindo da fala de um entrevistado, uma das conclusões da dissertação quanto a não permanência dos alunos da EJA na escola, sendo que o mesmo trabalho que o leva a buscar a escola é que muitas vezes não lhe permite manter-se nela (jornada extensa, cansaço, cobranças além do período, necessidade de se sustentar e aos seus entes).

Já no atendimento à EAJA, no segundo segmento, quando são poucos alunos, as turmas da organização alternativa congregam, anualmente, duas séries em uma, sendo que nestes casos o coletivo de professores assume mais de um componente curricular (por ex. geo-história, ciências e matemática, português e uma língua estrangeira, etc.). Esta forma de organização alternativa da EAJA ocorria principalmente para atendimento da escolarização de jovens e adultos no diurno, enquanto uma extensão de uma escola, podendo funcionar no espaço da mesma em outro turno ou em outros espaços.

Outra forma de atendimento ao público da EJA é o Projeto AJA-Expansão, que mobiliza jovens e adultos não alfabetizados para que possam iniciar seu processo de alfabetização e dar continuidade ao processo de escolarização no ensino fundamental para adolescentes, jovens e adultos: seja no ensino regular noturno ou através da proposta alternativa da EAJA, ou ainda do AJA-Extensão. O Projeto AJA-Expansão foi criado em 2001, com financiamento da prefeitura, numa parceria com a FE/UFG e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiásⁱⁱⁱ), que fazia a formação dos alfabetizadores e coordenadores do programa, formação atualmente assumida pela SME. A partir de 2003, a SME estabeleceu parceria com o governo



federal, através do programa Brasil Alfabetizado, e passou a receber recurso complementar para a formação inicial e pagamento do auxílio aos educadores populares e coordenadores que acompanham e assumem a formação continuada, além de materiais didáticos para o Projeto AJA-Expansão. O programa a cada ano é desenvolvido por 8 meses e envolve entidades parceiras que contribuem na mobilização dos alunos, com espaço físico, indicação do alfabetizador e em alguns casos, cedendo parte da carga horária de trabalho dos educandos para escolarizarem-se e serem encaminhados para a EAJA.

[...] nos municípios do entorno goiano há ainda falta de políticas públicas voltadas para a EJA, em geral as ações empreendidas estão muito presas às proposições da Secretaria de Educação do Estado, que ainda vê a EJA apenas como suplência. [...]

A exceção a esta prática foi o município de Goiânia que demonstrou autonomia, continuidade e variedade de ações garantindo o direito à educação de qualidade a jovens e adultos, inclusive com propostas educacionais alternativas, exercendo o papel do Estado enquanto indutor de políticas públicas, não apenas políticas de governo, mas dando continuidade às ações positivas e criando outras, de forma a proporcionar o acesso, permanência, conclusão e continuidade, enquanto direto, a todos os cidadãos, e em especial aos jovens e adultos do município, resgatando uma dívida histórico-social para com a EJA. (Rodrigues, 2005: 17).

As pesquisas analisadas apontaram que o atendimento da especificidade da modalidade na SME de Goiânia, inclusive construindo alternativas que rompem com programas aligeirados de atendimento à modalidade, configura-se na construção de políticas públicas de estado que considerem a realidade dos educandos trabalhadores, o quantitativo da demanda, a qualidade do ensino, o princípio da educação popular e a garantia do direito à educação, o que tem perpassado um atendimento aos alunos da educação de adolescentes, jovens e adultos.

2. PESQUISAS QUE ENVOLVEM O SEGUNDO SEGMENTO DA EAJA E SOBRE CURRÍCULO

Além da construção histórica revelada pela SME de Goiânia, que teve como objetivo demonstrar o compromisso dessa rede com os educandos da Educação de Jovens e Adultos, trazemos também as discussões desenvolvidas no meio acadêmico e possibilidades de reflexões advindas das pesquisas realizadas que dialogaram com a proposta políticas pedagógica, também com a prática vivenciada no chão das escolas.

As referidas pesquisas são da Pontifícia Universidade Católica de Goiás-PUC e trazem à tona a problemática do segundo segmento. A primeira dissertação, de autoria de Gomes (2006), apresenta uma experiência de educação de adolescentes, jovens e adultos. A autora propôs compreender a relação entre a proposta de educação de jovens e adultos da RME de Goiânia e o projeto político-pedagógico da escola estudada.

A experiência estudada demonstrou uma proposta e uma prática educativa que buscam compatibilizar-se com a especificidade dos alunos da Eaja, que se revela de forma diferenciada da proposta de suplência, propiciando aos alunos uma educação específica, crítica e democrática.

A forma de organização denominada Base Curricular Paritária, todas as áreas do conhecimento são contempladas com a mesma quantidade de horas-aula. Foi uma das questões tratada na



pesquisa e apontou reflexões a partir da realidade vivenciada na escola denominada “Flor do Cerrado” com a prática dessa organização. A pesquisa apontou as várias modificações enfrentadas e construídas coletivamente pela escola, sobretudo na revisão da concepção de currículo e avaliação, mudando significativamente a dinâmica da prática escolar.

A dissertação sobre os saberes dos professores, autoria de Santos (2007), objetivou a investigação dos saberes que subsidiavam as práticas dos professores. A reflexão possibilitou perceber o caminho da formação dos saberes dos educadores e sua relação com a prática pedagógica. A pesquisa demonstrou que os professores vão além do processo de formação, para atender à especificidade dos educandos da EJA. Esses educadores trazem para sua prática os conhecimentos experienciados na realidade da vida de cada aluno. Essa pesquisa contribuiu no sentido de repensar a formação necessária aos educadores da EJA.

A pesquisa de Costa (2008) trouxe os sujeitos trabalhadores estudantes, a dificuldade em conciliar escola e trabalho, as condições de precariedade dos postos de trabalhos, sobretudo a condição de informalidade para a maioria dos pesquisados. Para os trabalhadores(as)-alunos(as) investigados(as), ao se referirem à escola, esta representa um espaço muito significativo. A pesquisa revelou a necessidade de rever o debate da categoria trabalho presente na proposta político-pedagógica da SME. Percebeu-se a necessidade de buscar para além da dimensão epistemológica do currículo que pudesse integrar trabalho e educação, pois assim poderia interferir de fato na base e no sentido da educação para os trabalhadores.

3. PESQUISA DO CENTRO MEMÓRIA VIVA DE EJA

O grupo ligado ao subprojeto da EJA na SME de Goiânia, vinculado ao CMV, tem pesquisado a especificidade da modalidade EJA nessa SME e tem como foco deste subprojeto a localização, identificação, tratamento e preservação de documentos e produções da EJA da/na SME de Goiânia; a composição da história da EJA nessa Secretaria, bem como divulgar e disponibilizar no meio virtual o acervo ao público especializado para consulta e novas pesquisas.

Para constituir a história da EJA na SME, o CMV, por meio de pesquisa documental, tem localizado, identificado, tratado, catalogado, referenciado, organizado, divulgado online e preservado documentos da EJA na SME de Goiânia. Também têm sido produzidos registros das experiências atuais que têm marcado a EJA nessa Secretaria por meio de entrevistas com educandos, educadores e outros profissionais dessa Rede, contribuindo na sistematização e análise de dados.

A pesquisa histórica toma o presente como o tempo de um processo e como possibilidade de agir e construir uma nova realidade. Segundo Ciavatta (2009: 17), “o presente como momento da prática possibilita resgatar a essência política do conhecimento, na medida em que, como campo da práxis social, constitui a potencialidade de objetos passíveis de ser construídos.” Nesse sentido, se apropriar da realidade por meio das entrevistas, relatos de experiências, registro de imagens adquire significado na apreensão da realidade passada e presente.

Outra frente da pesquisa é o levantamento de dissertações, teses, artigos e trabalhos de conclusão de curso que tomam a EJA na SME como objeto de pesquisa. É necessário perceber que essas produções constituem possibilidades de compor a história da EJA na RME, bem como ser organizado um acervo para contribuir com outras pesquisas que possam surgir.



O trabalho desenvolvido pela SME constitui-se em uma possibilidade de afirmar o direito daqueles que tiveram negado o acesso ou continuidade ao processo de aprendizagem escolar quando crianças. Nesse sentido, a coragem expressa na poesia de Guimarães Rosa é marcada quando o poder público assume a EJA com a reponsabilidade de oferecer escolarização nos vários bairros de Goiânia, com o direito assegurado aos educandos no sentido de trilharem oito anos para concluir a Educação Fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Calixto, D. T. R. (2004). *Temas geradores: Uma prática em construção na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia*. Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira. Universidade Federal de Goiás/Faculdade de Educação, Goiânia, Brasil. Acesso em agosto, 15, de 2013 em: <http://forumeja.org.br/go/node/674>

Ciavatta, M. (2009). *Medições históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores* (Rio de Janeiro, 1930-60). Rio de Janeiro: Lamparina, CNPQ, Faperj.

Clímaco, A. C. de A. (1991). Clientelismo e cidadania na constituição de uma rede pública de ensino. In: A. H. F. Silva; E. G. S. Evangelista (orgs.). *Caminhando e abrindo caminhos: trajetória de uma rede municipal de educação* (pp. 31-44). Goiânia: Ed. UFG.

Costa, C. B. (2008). *O trabalhador-aluno da EAJA: Desafios no processo ensino-aprendizagem*. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, Brasil. Acesso em agosto, 15, de 2013 em: <http://forumeja.org.br/go/node/674>

Freire, P. (1976). *Ação Cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1982). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 2 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados.

Freire, P. (1987). SHOR, Ira. *Medo e Ousadia: O cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1989). *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1992). *Pedagogia da Esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Gomes, D. de C. (2006). *O caso da Escola Municipal Flor do Cerrado: uma experiência de educação de adolescentes jovens e adultos em Goiânia*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Católica de Goiás (UCG), Goiânia, Brasil. Acesso em agosto, 15, de 2013 em: <http://forumeja.org.br/go/node/674>

Gramsci, A. (1989). *Concepção dialética da história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Gramsci, A. (1991). *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8 ed. São Paulo: Civilização Brasileira.



Machado, M. M. (1997). *Política educacional para jovens e adultos: A experiência do Projeto AJA (1993-1996) na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia*. Dissertação de Mestrado em Educação Escolar Brasileira, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Brasil. Acesso em agosto, 15, de 2013 em: <http://forumeja.org.br/go/node/674>

Machado, M. M. (2001). A política de formação de professores que atuam na educação de jovens e adultos em Goiás na década de 1990. Tese de Doutorado em Educação Escolar Brasileira, Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, Brasil. Acesso em agosto, 15, de 2013 em: <http://forumeja.org.br/go/node/673>

Porfírio, A. G. (2009). O Reconhecimento do Contexto Sociocultural do aluno em meio ao Ensino e à Aprendizagem da Matemática na *Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos – Goiânia / GO*. Dissertação de Mestrado em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil.

Rodrigues, M. E. de C. (2000) *A prática do professor na educação de adolescentes, jovens e adultos: A experiência do projeto AJA de Goiânia, GO*. Dissertação de Mestrado Educação Escolar Brasileira, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Brasil. Acesso em agosto, 15, de 2013 em: <http://forumeja.org.br/go/node/674>

Rodrigues, M. E. de C. (2005). Construção das políticas de educação de jovens e adultos em Goiás. *28ª Reunião Anual da Anped*. GT 18. Caxambu, MG, Brasil. Acesso em agosto, 15, de 2013 em: www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt18/gt181165int.rtf

Martins, J. de S. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.

Rua, M. das G. (1998). As políticas públicas e a juventude dos anos 90. *CNPD. Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, 2 v.

Santos, E. M. (2007). *Os Saberes dos Professores do Ensino Fundamental da Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Católica de Goiás (UCG), Goiânia, Brasil. Acesso em agosto, 15, de 2013 em: <http://forumeja.org.br/go/node/674>

Shiroma, E. O.; Moraes, M. C. M de; Evangelista, O. (2004). *Política educacional*. 3ª ed. Rio de Janeiro; DP&A.

Silva, I. M. (2004). *“Ou Trabalha e Come Ou fica com Fome e Estuda”*: O trabalho e a não-permanência de adolescentes, jovens e adultos na escola em Goiânia. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia. Acesso em agosto, 15, de 2013 em: <http://forumeja.org.br/go/node/674>, acesso em: 15/08/2013.

Vygotsky, L. S. (1987). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Vygotsky, L. S. (1998). *A Formação Social de Mente*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes.

Vygotsky, L. S.; Luria, A. R.; Leontiev, A. N. (1988). *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone / EDUSP.

ⁱ A partir de 1993 estruturou-se o Setor de Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos, que em 2001 passou a ser a Divisão de Ensino Noturno, enquanto parte do Departamento Pedagógico, sendo redefinida ainda neste ano, como Divisão de Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos (DEF-AJA).



ⁱⁱ São pesquisadores da/do: Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Católica de Goiás (UCG), Universidade Federal da Paraíba (UFPA), Centro Universitário da Fundação Santo André/SP, Fundação Kellogg em Recife e a ONG Ação Educativa.

ⁱⁱⁱ Até 2012 denominada Universidade Católica de Goiás (UCG)